

Pontifícia Universidade Católica

PUC/COGEAE

RENATA JESUINO SAMPAIO

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A GESTÃO AMBIENTAL

São Paulo

2016

RENATA JESUINO SAMPAIO

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A GESTÃO AMBIENTAL

Monografia apresentada à PUC/COGEAE,
como exigência parcial para aprovação no
Curso de Pós-Graduação 'Lato Sensu' -
Especialização em Gestão Ambiental e
Gestão Estratégica de Sustentabilidade,
sob a orientação da Prof^ª. Lúcia Reisewitz.

São Paulo

2016

Dedico:

Aos meus pais,

Dedico e agradeço por todo o amor, dedicação e incentivo. Vocês são o meu porto seguro e a raiz da minha existência. Espero um dia poder retribuir tudo isso à vocês.

À Deus,

Por transformar mais essa conquista em realidade.

RESUMO

O mundo se encontra em um intenso processo de mudança, incluindo a maneira de pensar, perspectivas, metas e objetivos. Portanto, podemos afirmar que a forma de enxergar a questão ambiental está mais que inserida nesse contexto.

Essa nova proposta de conscientização objetiva a formação de indivíduos capazes de compreender a importância do meio ambiente natural e agir nele de forma responsável. Nesse sentido, o mercado industrial torna-se cada vez mais apto a compreender e participar das mudanças estruturais nas relações de forças ambientais, econômicas e sociais. As organizações devem estabelecer e manter procedimentos que interajam com a legislação e outros requisitos por ela apoiados, ou aplicáveis aos aspectos ambientais de suas atividades, produtos e serviços.

O presente trabalho foi desenvolvido com base na gestão ambiental focada no desenvolvimento sustentável e na responsabilidade socioambiental, a fim de propagar a consciência em relação ao meio ambiente na prática empresarial, qualquer que seja seu segmento econômico.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Responsabilidade Socioambiental.

ABSTRACT

The world is in an intense process of change, including the way of thinking, perspectives, goals and objectives. Therefore, we can say that the way to face the environmental issue is more than inserted in this context. This new proposal awareness, aims at training individuals able to understand the importance of the natural environment and act in it responsibly. In this sense, the industrial market becomes increasingly able to understand and participate in structural changes in the relations of environmental, economic and social forces. The organizations should establish and maintain procedures to interact with the legislation and other requirements by it supported or applicable to the environmental aspects of its activities, products and services. This study was developed based on environmental management focused on sustainable development and environmental responsibility, in order to spread awareness about the environment in business practice, whatever its economic segment.

Key-words: Environmental Administration. Sustainable Development. Social Responsibility.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

ONU – Organização das Nações Unidas

Pnuma – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

ISO - *International Organization for Standardization*

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	10
CAPÍTULO II – ECONOMIA VERDE	14
CAPÍTULO III - RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	16
3.1. Benefícios	18
3.2. Relatórios	19
3.3. Certificação	20
CAPÍTULO IV - GESTÃO AMBIENTAL	21
4.1 O Mercado Verde e a Certificação Ambiental	23
4.2. Selos Verdes e Rótulos Ambientais	24
4.3. ISO 14000	26
4.3.1. ISO 14001	27
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	30

INTRODUÇÃO

A crescente degradação dos recursos naturais de origem antrópica, fez com que a questão ambiental deixasse de ser apenas um assunto voltado às classes interessadas e se tornasse um assunto de extrema importância social, em um contexto mundial.

A questão ambiental está inserida em diversas áreas de estudos e principalmente da economia, uma vez que essa é a ciência que aloca recursos escassos para fins alternativos.

Essa discussão surgiu no final dos anos 60 e, nas três últimas décadas evidenciou-se ainda mais, pois os danos causados ao meio ambiente acompanharam o crescimento econômico. Em um impasse de que se deveria ou não desacelerar o ritmo de crescimento econômico em função da crescente degradação ambiental.

Nesse contexto, foi desenvolvido o relatório “Limites do Crescimento” de 1972 (ELY, 1986, p.73), que trata o limite do crescimento econômico devido à finitude dos recursos naturais, e propõe o crescimento econômico zero.

Diversos autores se manifestaram contra essa proposta, como por exemplo, a posição de WILKINSON (1973 apud SACHS, 1986, p. 52), no trecho abaixo:

(...)

“é errado pressupor que a “taxa de exploração da natureza” esteja relacionada apenas com a taxa de crescimento econômico e não com as formas, conteúdos e usos do crescimento. (...) O desafio consiste na redefinição das formas e usos do crescimento e não da desistência do crescimento.”

A partir dessas posições, o “crescimento zero” foi superado, e as discussões fizeram surgir uma nova proposta, de importância ainda maior, que é o Desenvolvimento Sustentável que se objetiva em três principais eixos: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico.

Dessa forma, o conceito de Desenvolvimento Sustentável passou a ser disseminado pelas lideranças na forma de um Sistema de Gestão Ambiental, incorporando uma nova maneira de crescimento econômico e preservação do meio ambiente.

Ingressando nessa tendência, as empresas, como principais agentes do desenvolvimento econômico de um país, tornam-se cada vez mais importantes na participação das mudanças estruturais aplicando o aspecto socioambiental em suas atividades, produtos e serviços e, a incorporar as práticas sustentáveis como mediação de todo o processo produtivo.

As empresas socialmente responsáveis têm uma postura ética, onde o reconhecimento da sociedade passa a ser um grande diferencial. Esses fatores não só agregam ao meio ambiente, como também apresentam benefícios à própria empresa, fortalecendo sua imagem positivamente e criando vantagens competitivas de mercado, o que, conseqüentemente, a fará escalar maiores degraus de sucesso.

Nesse sentido, as empresas devem demonstrar uma maior responsabilidade social através do seu modelo de gestão ambiental, uma vez que uma empresa bem estruturada para tratar dos seus aspectos ambientais apresenta um menor risco de enfrentar multas, ações por descumprimento de legislação, menor probabilidade de acidentes ambientais, menor passivo ambiental, redução dos riscos para os consumidores, além de reduzir impactos ambientais causados ao meio ambiente.

Desse modo, pode se dizer que a sociedade atual vem reconhecendo a responsabilidade ambiental e social como valores permanentes e considerando fatores de avaliação e preferência para investidores e consumidores.

O presente trabalho discorrerá sobre conceitos, instrumentos, modelos e sistemas relacionados às atividades do setor industrial com o meio ambiente, apresentando o desafio de avançar para uma gestão socioambiental responsável, comprometida com a sustentabilidade.

CAPÍTULO

I

Desenvolvimento Sustentável

1. Visão geral

O conceito “desenvolvimento sustentável” surgiu basicamente em 1987, através de publicações da *United Nations World Commission on Environment Development* com o relatório *Our Common Future*, “Nosso futuro comum”.

Embora não haja consenso teórico sobre uma definição universal do Desenvolvimento Sustentável, a expressão popularizou-se no mundo a partir da Rio-92. Depois da conferência, a expressão foi sendo pouco a pouco absorvida por governos, corporações e entidades da sociedade civil, geralmente relacionada à formulação e execução tanto de políticas públicas quanto de iniciativas privadas ligadas à responsabilidade socioambiental.

Segundo Donaire (apud KRAEMER, 2006): “o desenvolvimento sustentável atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações”.

Capra (2008, p.19) define: “a humanidade tem a capacidade de atingir p desenvolvimento sustentável, ou seja, de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às próprias necessidades”.

Para tanto, deve se seguir as suas cinco principais dimensões sustentáveis:

- a) Sustentabilidade Social: entende-se como a criação de um processo de desenvolvimento sustentável por uma civilização com maior equidade de renda e bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres;

- b) Sustentabilidade Econômica: que deve ser alcançada através do gerenciamento e alocação mais eficientes dos recursos e de fluxo constante de investimento público e privado;
- c) Sustentabilidade Ecológica: pode ser alcançada através da capacidade de utilização dos recursos, limitação de consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos privados;
- d) Sustentabilidade Espacial: que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas;
- e) Sustentabilidade Cultural: incluindo a procura por raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, que facilitem a geração de soluções específicas para cada local, ecossistema, cultura e área.

Em concordância com os princípios citados acima, a economia do desenvolvimento sustentável segundo Montibeller (2001) seria a busca da eficiência econômica e, ao mesmo tempo, a eficiência social e ecológica: um tripé de coisas que devem caminhar juntas.

Já em um enfoque macroeconômico e internacionalizado, KINLAW (1997, p.83) afirma que: “Desenvolvimento sustentável é a macrodescrição de como todas as nações devem proceder em plena cooperação com os recursos e ecossistemas da Terra para manter e melhorar as condições econômicas gerais de seus habitantes, presentes e futuras”.

Em linhas gerais, o desenvolvimento sustentável tem o escopo de compatibilizar o crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais.

De acordo com Lozano (2006), para ajudar as empresas, a Câmara de comércio Internacional, reconhecendo a proteção ambiental como uma das principais prioridades de qualquer tipo de negócio, estabeleceu em 1990 o *Business Charter for Sustainable Development* com princípios da gestão ambiental que devem ser buscados pelas organizações a fim de atingir o desenvolvimento sustentável. Seus princípios são:

1º Prioridade Organizacional – estabelecer políticas, programas e práticas no desenvolvimento das operações voltadas à questão ambiental. Reconhecer que é a questão-chave e prioritária da empresa;

2º Gestão Integrada – Integrar as políticas, programas e práticas ambientais em todos os negócios como elemento indispensável de administração em todas as funções;

3º Processos De Melhoria – continuar melhorando as políticas corporativas, programas e performance ambiental, tanto no mercado interno quanto externo, levando em conta o desenvolvimento tecnológico, científico, as necessidades dos consumidores e os anseios da comunidade como ponto de partida das regulamentações ambientais;

4º Educação – educar, treinar e motivar os funcionários, no sentido de que possam desempenhar tarefas de forma responsável com relação ao meio ambiente;

5º Prioridade De Enfoque – considerar as repercussões ambientais antes de iniciar nova atividade ou projeto, instalar novos equipamentos ou abandonar unidade produtiva;

6º Produtos E Serviços – desenvolver e produzir produtos e serviços que não sejam agressivos ao meio ambiente, sejam seguros em sua utilização e consumo, eficientes no consumo de energia e de recursos naturais, que possam ser reciclados, reutilizados e armazenados de forma segura;

7º Orientação Ao Consumidor – orientar e se necessário educar consumidores, distribuidores e o público em geral sobre o correto uso, transporte e descarte dos produtos produzidos;

8º Equipamentos E Operacionalização – desenvolver, desenhar e operar máquinas e equipamentos levando em conta o eficiente uso de água, energia e matérias-primas, o uso sustentável dos recursos renováveis, a minimização dos impactos negativos ao meio ambiente e a geração de poluição, bem como o uso responsável e seguro dos resíduos existentes;

9º Pesquisa - conduzir ou apoiar projetos e pesquisas sobre o impacto ambiental das matérias-primas, produtos, processos, emissões e resíduos associados ao processo produtivo da empresa, visando a minimização de seus efeitos;

10º Enfoque Preventivo – modificar a manufatura e o uso de produtos, serviços e processos produtivos, de forma consistente com os mais modernos conhecimentos

técnicos e científicos, no sentido de prevenir as sérias e irreversíveis degradações do meio ambiente.

Princípios mais resumidos são apresentados por SACHS (1986):

- o crescimento deve processar-se numa base sustentada, ou seja, o tomador de decisões precisa estender seu horizonte de tempo para assim haver solidariedade com as gerações futuras em relação às suas necessidades ambientais;
- minimizar as mudanças e danos irreversíveis, para assim deixar em aberto opções para o futuro; e
- proteger o ambiente físico, no sentido estreito do termo, reduzindo a taxa de exploração do capital da natureza, evitando mudanças climáticas induzidas pelo homem e o grau de poluição.

Além desses, o autor ainda apresenta três condições para o Desenvolvimento Sustentável:

- deve haver a intervenção na relação das forças de mercado, resultando em estratégias de desenvolvimento sustentável;
- o acesso mais equitativo aos recursos, como sendo pré condição de uma estratégia ambientalmente mais saudável;
- os princípios de mais racionalidade social deveriam ser considerados como linha de orientação para se estabelecer políticas.

Dentre todos esses conceitos, é possível estabelecer uma linha comum entre todos, porem, com singularidades na descrição, de que o Desenvolvimento Sustentável se firma basicamente em três principais pilares: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico.

CAPÍTULO

II

Economia Verde

“As ciências econômicas vêm concentrando sua atenção na alocação de recursos escassos, buscando maximizar a eficiência econômica e social, sendo a existência da escassez uma das mais marcantes características do fenômeno econômico”. (ELY, 1986, p.8).

A Iniciativa Economia Verde (IEV, ou GEI – Green Economy Initiative) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), lançada em 2008, define o conceito da Economia Verde como aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano e da desigualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica.

Para o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos) a economia verde seria a expressão atribuída a um modelo econômico que conduz ao desenvolvimento sustentável graças à uma regulação econômica eficiente para internalizar os custos ambientais, alterando os preços relativos e, conseqüentemente induzindo a uma mudança em direção a padrões de produção e consumo mais ecoeficientes.

Vale ressaltar que para a maioria dos autores, economia verde e desenvolvimento sustentável não são sinônimos, mas conceitos complementares. As propostas de políticas para tornar a economia mais verde não implicariam em uma mudança de paradigma, mas apenas a introdução de tecnologias mais limpas. Já o desenvolvimento sustentável, sim, ao envolver outras dimensões além da tecnologia, desafios sociais, compromissos com o futuro, revisão de padrões de consumo e até mesmo mudança de paradigmas econômicos e regulatórios. No entanto, a questão social em ambos tenderia ao desafio da redução da desigualdade.

A diferença na economia verde, é que ao ser colocada no centro dos debates da Rio+20, o conceito passou a ser visto como um termo e um projeto muito mais abrangente, que gerou várias propostas de alcance mais específico. Por exemplo, é mais abrangente do que a economia de baixo carbono, uma vez que não se limita a processos econômicos com baixa ou nenhuma emissão de gases de efeito estufa. Incluir processos relacionados ao combate às mudanças climáticas de origem antrópica, mas também trata de promover reverter outras tendências, como processos limpos de produção.

Para tanto, sua proposta é que, além das tecnologias produtivas e sociais, sejam criados meios pelos quais fatores essenciais ligados à sustentabilidade socioambiental muitas vezes ignorados nas análises e decisões econômicas, passem a ser considerados.

Assim, como todos os conceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável, a ideia é chamar a atenção da opinião pública e dos especialistas quanto à necessidade de tornar os processos de desenvolvimento e os instrumentos econômicos ferramentas de promoção da igualdade social e erradicação da pobreza, com respeito aos direitos humanos e sociais e conservação e uso sustentável dos recursos naturais, segundo preconizam seus principais defensores como o Pnuma, o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Desse modo, esse passa a ser um caminho complementar de viabilidade para a harmonização social, e onde os objetivos econômicos possam ser alcançados com um gerenciamento ecológico sadio e solidário.

CAPÍTULO

III

Responsabilidade Socioambiental

3. Responsabilidade Socioambiental

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, o conceito do Desenvolvimento Sustentável foi disseminado mundialmente.

A globalização contribuiu para a rápida popularização da idéia de reestruturação dos papéis dos atores sociais, passando da visão tradicional onde o estado tinha a responsabilidade exclusiva de promover o bem-estar social, para uma gestão compartilhada com o setor privado, as empresas.

À respeito, conceitua Édis Milaré:

“Sob o aspecto institucional relativo aos agentes que tomam as iniciativas de gestão, vale repisar não constituir privilégio ou exclusividade dos governos conduzirem a administração do meio ambiente: os segmentos organizados da sociedade têm igualmente essa vocação. A recíproca também é verdadeira: a gestão ambiental não é apanágio da empresa, porque inerente também ao Poder Público. Entende-se, assim que os vários agentes se complementam, cada qual no seu âmbito de ação e com seus métodos próprios.”.

As novas relações e padrões de consumo estão delineando um novo contexto de mercado, e passa a exigir e valorizar as empresas que se preocupam com os problemas sociais.

A gestão ambiental responsável, busca o equilíbrio entre as relações econômicas, ambientais e sociais, colabora com o desenvolvimento sustentável, atendendo as necessidades das presentes e futuras gerações. É o chamado tripé da sustentabilidade.

As empresas são co-responsáveis na solução dos problemas sociais e ambientais, uma vez que detêm poder político e habilidade de mobilizar recursos financeiros e tecnológicos.

Segundo Tachizawa, a responsabilidade social pode ser resumida no conceito de efetividade, como alcance de objetivos econômico-sociais. Uma organização é efetiva quando mantém uma postura socialmente responsável. A efetividade está relacionada à satisfação da sociedade, ao atendimento de seus requisitos sociais, econômicos e culturais. Toda e qualquer organização existe em função de necessidades sociais e depende de manter um bom relacionamento com a sociedade para se desenvolver. (TACHIZAWA, 2005, p.73).

O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) definiu responsabilidade social empresarial como “o comprometimento permanente dos empresários em adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, simultaneamente melhorando a qualidade de vida de seus empregados e suas famílias, da comunidade local e da sociedade com um todo”. (ALMEIDA, 2002, p. 135).

Já para o Instituto Ethos, responsabilidade social empresarial é:

“Uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a diminuição das desigualdades sociais”.

Nesse sentido, pode-se dizer que a responsabilidade social empresarial compreende o “balanço social”. Na frente interna das empresas, equacionam-se os investimentos dos proprietários (detentores de capital) e as necessidades dos gestores e trabalhadores. Na frente externa, consideram-se as expectativas dos clientes, fornecedores, prestadores de serviços, fontes de financiamento (banco, credores), comunidade local, sindicato de trabalhadores, autoridades governamentais, associações voluntárias e demais entidades da sociedade civil. (SROUR, 2000, p.

195).

Archie Carroll, definiu que o conceito abrange a expectativa econômica, legal, ética e discricionária (filantrópica) que a sociedade tem da organização e dividiu a responsabilidade social em quatro dimensões, (CARROLL; BUCHHOLTZ, 2006, p.35-37):

- 1) A responsabilidade econômica envolve as obrigações da empresa em produzir bens e serviços que a sociedade deseja e vendê-los a um preço justo, mas que haja lucro suficiente para a perpetuação da empresa em longo prazo e ampliação dos ganhos dos investidores;
- 2) A responsabilidade legal corresponde às expectativas da sociedade de que as empresas cumpram suas obrigações de acordo com as legislações existentes;
- 3) A responsabilidade ética refere-se a que as empresas tenham um comportamento de acordo com as normas, padrões e expectativas da sociedade;
- 4) A responsabilidade discricionária (filantrópica) reflete a expectativa da sociedade de que as empresas participem voluntariamente de atividades sociais.

Vale ressaltar que as dimensões do que é considerado ético ou socialmente responsável podem variar de forma significativa em função do ambiente institucional do qual as empresas se inserem.

3.1. Benefícios

As empresas que possuem uma conduta socialmente responsável em suas atividades diárias podem obter ganho de capital reputacional, alavancando oportunidade de negócios, minimizando riscos e preservando ou criando valor para a organização.

Segundo BOECHAT, a reputação é como o produto de um processo produtivo no qual a empresa sinaliza suas características distintas para seu público interno e

externo, tendo como resultante um status social, moral e socioeconômico. (BOECHAT, et al., 2005, p.7)

O capital reputacional é uma porção de valor de mercado da empresa que pode ser atribuída à percepção da empresa como uma corporação de boa conduta no mercado. É constituído por várias dimensões que moldam a sua imagem como a própria qualidade dos produtos, serviços agregados, práticas comerciais com clientes, fornecedores, instituições de crédito, práticas internas de recursos humanos e capacidade de inovação tecnológica, entre outras. (MACHADO FILHO, 2006, p. 66)

Um exemplo de benefício adquirido pela atuação responsável é a participação em bolsas de valores não convencionais, onde as empresas são avaliadas pelas suas ações de responsabilidades sociais. Podemos citar o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, Nova York, e no Brasil o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

As empresas devem planejar e avaliar como querem que o seu modelo de responsabilidade social seja atingido. Existem duas maneiras:

- Relatórios sociais: produzidos pela própria empresa, com modelos e critérios específicos, os quais serão divulgados para dar publicidade as suas ações;
- Certificações: cujas concessões dependem de avaliação das empresas por uma terceira parte.

3.2. Relatórios

Existem vários modelos de relatórios nacionais e internacionais. Dos nacionais, podemos citar o Balanço Social e os Indicadores do Instituto Ethos.

Em 1997, o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) promoveram a publicação do relatório Balanço Social entre as empresas brasileiras. Esse relatório reúne um conjunto de informações

sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. Em 1998, foi lançado o Selo Balanço Social IBASE e é conferido às empresas que fazem parte do relatório.

Já o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi criado em 1998. Promovendo a responsabilidade social entre as empresas brasileiras e criando os indicadores Ethos de Responsabilidade Social Corporativa. Esses indicadores servem como instrumento de auto-avaliação para a empresa analisar como está sua atuação frente a essa questão e abrangem temas como valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade e Governo e sociedade. Os relatórios não são publicados pelo Instituto mas podem ser pelas empresas.

Entre os internacionais, podemos citar o Global Reporting Initiative. Esse relatório é uma forma de comunicação e transparência sobre os impactos positivos e negativos que as operações da empresa têm sobre a sustentabilidade. Possui indicadores econômicos, ambientais e sociais.

3.3. Certificação

Existem importantes certificações direcionadas à responsabilidade social, como a SA 8000, e a ISO 26000.

A norma SA 8000 foi criada pela Social Accountability International (SAI) e visa a verificação das condições de trabalho nas empresas. Baseia-se em uma gestão de melhoria contínua e pode ser utilizada em qualquer setor industrial, requer auditoria de terceira parte e é composta por temas como saúde e segurança, trabalho forçado, liberdade de associação e negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho, dentre outros.

A norma ISO 26000 funciona como um guia de diretrizes para a responsabilidade social. Não tem o propósito de certificação, mas define o que é a responsabilidade social em um nível global.

CAPÍTULO

IV

Gestão Ambiental

4. Visão geral

Nas últimas décadas, a gestão ambiental vem sendo objeto de discussão em diversos segmentos mundiais em razão do agravamento da questão ambiental e seus desdobramentos, assim reconhecer o papel que o setor industrial pode exercer nesse sentido já é um grande início para grandes mudanças.

A gestão ambiental pode ser definida como sendo o conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais, que levam em conta a saúde e segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente através da minimização de impactos e danos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos ou atividades, incluindo-se todas as fases do ciclo de vida de um produto. (WEBER, 2004).

Assim, pode-se dizer que o objetivo maior da gestão ambiental é a busca permanente de melhorar a qualidade ambiental dos serviços, produtos e do meio ambiente de trabalho de qualquer organização pública ou privada.

Há também outros objetos específicos da gestão ambiental, tais como:

- gerir tarefas da empresa no que diz respeito a políticas, diretrizes, programas relacionados ao meio ambiente interno e externo à organização;
- manter em conjunto com a área da segurança do trabalho, a saúde dos trabalhadores;
- colaborar com setores econômicos, com a comunidade e com órgãos ambientais para que sejam desenvolvidos e adotados processos produtivos que evitem ou minimizem os impactos ambientais.

Para Meyer (apud KRAEMER, 2006, p.9), a gestão ambiental:

- a) Tem, na medida do possível, o objetivo de manter o meio ambiente saudável, a fim de atender as necessidades humanas atuais, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- b) Um meio de atuar sobre as modificações causadas no meio ambiente pelo uso ou descarte dos bens e detritos gerados pelas atividades humanas, a partir de um plano de ação viável técnica e economicamente, com prioridades perfeitamente definidas;
- c) Utilizar instrumentos de monitoramento, controles, taxações, imposições, subsídios, divulgação, obras e ações mitigadoras, além de treinamento e conscientização;
- d) Base de atuação de diagnósticos – cenários – ambientais da área de atuação, a partir de estudos e pesquisas dirigidos em busca de soluções para os problemas detectados.

De uma forma geral, a gestão ambiental pode ser conceituada como o conjunto de princípios, estratégias e ações para proteger a integridade dos meios físicos e bióticos, bem como, da sociedade, que deles dependem, visto que o esgotamento dos recursos naturais rompe o equilíbrio ambiental, social e econômico.

Além disso, vale dizer que a inclusão de um modelo de gestão ambiental está diretamente relacionada com variáveis de economia, de mercado, ética, cultural e tecnologia.

Nos anos 80, os gastos com a questão ambiental começaram a ser vistos pelas grandes empresas não como custos, mas como investimento para o futuro e, paradoxalmente como vantagem competitiva. (LOZANO; OLIVEIRA, 2006).

Tachizawa e Andrade (2008), enfatizam:

“Os resultados econômicos passam a depender cada vez mais de decisões empresariais que levem em conta que: a) não há conflito entre lucratividade e a questão socioambiental; b) o movimento de sustentabilidade cresce em escala mundial; c) clientes e comunidade em geral passam a valorizar cada vez mais a adoção das práticas socioambientais por parte das organizações; d) o faturamento das empresas sofre pressões do comportamento de consumidores que enfatizam,

cada vez mais, suas preferências por produtos e organizações ambientalmente corretas.”

Nesse sentido, as empresas “verdes”, que investem em um SGA e com isso adquire certificações ambientais, passaram a ser sinônimo de bons negócios e, que em um futuro bem próximo, somente essas empresas, que enxergarem o meio ambiente como parte do processo produtivo e não mais uma externalidade, sobreviverão no mercado.

4.1. O Mercado Verde e a Certificação Ambiental

Como podemos perceber, a questão ambiental é um assunto extremamente atual e importante para o mercado industrial. Para tanto, um dos efeitos da competição global foi o redirecionamento do poder para a mão do consumidor, que vem se conscientizando na questão ambiental e exigindo que as indústrias sigam nessa mesma tendência, com produtos mais sustentáveis.

Ações voltadas a melhorar a qualidade de vida e preservar o meio ambiente já não são bandeiras exclusivas das organizações não governamentais. A iniciativa privada descobriu na “onda verde” uma excelente oportunidade de negócios.

Nesse lanço, as certificações ambientais foram criadas e existem para padronizar e facilitar o comércio aumentando a confiabilidade e a eficácia dos bens e serviços.

Estas podem ser aplicadas em dois casos:

- 1) Certificação de produto, que através da verificação do cumprimento de normas de qualidade ambiental, será atestada por “selos verdes” e rótulos ecológicos, diferenciando o produto de outros disponíveis no mercado;
- 2) Certificação de processos, em que se verifica a conformidade do processo de produção com as recomendações de determinadas normas de gestão ambiental.

Segundo Braga, as séries de normas, selos e rótulos ambientais visam proteger o produtor que respeita as leis e princípios da conservação ambiental contra aqueles que conseguem produzir mais barato por não investirem na produção ecologicamente correta, externalizando seus custos ambientais e assim obtendo melhor competitividade. Por outro lado, no entanto, o selo verde pode ser usado como uma barreira comercial não tarifária para proteger determinados mercados, e até mesmo excluir alguns produtos, sobretudo aqueles originários de países subdesenvolvidos. (BRAGA, 1996 apud GUTBERLET, 1996, p. 87).

3.2. Selos Verdes e Rótulos Ambientais

Os selos verdes podem ser definidos como rótulos de autodeclaração, outorgados por um período definido e sujeito a periódicas auditorias de acordo com as exigências atualizadas de qualificação, diferenciando certos produtos ou serviços, menos prejudiciais ao meio ambiente, conferindo-lhes maior atratividade e ainda utilizado como estratégia comercial.

Muitos selos foram criados por diferentes países que buscavam assegurar a divulgação e comercialização de seus produtos e serviços que seguiam suas normas ambientais pré-estabelecidas. Podemos citar como exemplo:

- Selo *Choix Ecologique* – efetivado em 1991 no Canadá e considerado muito rigoroso por avaliar o ciclo de vida completo do produto, desde a sua fabricação até sua eliminação.
- Selo *EcoMark* – do Japão, o Programa de Produtos Ecologicamente Saudáveis foi criado em 1989 pela Associação Japonesa de Meio Ambiente, organização não-governamental, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente. Considera a análise do ciclo de vida do produto, além de conter a descrição dos benefícios ambientais da categoria.
- Selo *NordicSwan* – da Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia, foi adotado pelo Conselho Nórdicos de Ministros em 1989. Constitui o primeiro programa multinacional e o único vigente até a adoção do selo comunitário. Contém a expressão “rótulo ambiental” e a correspondente descrição do atributo ambiental de cada produto.

- Selo *Environmental Choice* – da Nova Zelândia, criado em 1990 para promover os produtos que contribuam para a diminuição de consumo de energia, reduzam a geração de subprodutos perigosos e que incentivem a reciclagem ou reutilização.
- Certificado *Nutriclean* – dos EUA no âmbito do Scientific Certification Systems, que verifica a presença de pesticidas em produtos agrícolas

Alguns selos brasileiros:

- Selo Procel – do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, indica equipamentos e eletrodomésticos que apresentam os melhores níveis de consumo de energia;
- Selo IBD – do Instituto Biodinâmico, certifica alimentos, cosméticos e algodão orgânicos.

Nesse contexto, encontram-se as parcerias de grandes empresas com ONGs ecológicas. Podemos citar a Renner que com o apoio do Greenpeace, lançou uma coleção de roupas com um sistema de tingimento natural. A TAM, com aprovação do Greenpeace e com selo de qualidade do Instituto Biodinâmico, passou a utilizar açúcar orgânico a bordo de suas aeronaves.

Outro grande exemplo de “mercado verde” é o da Natura e sua linha Ekos, que representou um dos maiores projetos de inovação da empresa. Segundo Tachizawa; Andrade: “O uso da biodiversidade brasileira como plataforma tecnológica (que introduziu nos produtos ingredientes como andiroba, castanha e buriti) representou um marco para o setor de cosméticos. A compra de ativos extraídos de maneira ambientalmente correta por comunidades tradicionais, alguma delas encravadas no interior da Amazônia, adicionou um fator de complexidade à operação que a empresa jamais havia experimentado. As vendas cresceram rapidamente e a linha ajudou a consolidar na mente dos consumidores a imagem ecológica e socialmente responsável da Natura”.

De forma geral, a rotulagem dá publicidade às informações sobre o produto como composição, grau de biodegradabilidade, material de embalagem, dados nutricionais, etc.

A aplicação dos selos verdes também tem se tornado uma importante estratégia de *marketing*, o que pode até constituir uma forma de protecionismo comercial. Este protecionismo é considerado pelo Governo Brasileiro e por alguns empresários como um sério risco para as exportações, à medida que os países tecnologicamente mais avançados tendem a monopolizar o mercado. (PROCÓPIO FILHO, 1994)

Levantada essa questão, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em conjunto com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e do Instituto de defesa do Consumidor (IDEC), trabalham no projeto Selo Verde Brasileiro, com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas brasileiras exportadoras e incentivar a adoção de métodos produtivos mais sustentáveis.

4.2. Série de Normas ISO 14000

A ISO 14000 é uma série de normas desenvolvidas pela *International Organization for Standardization* (ISO), que estabelecem diretrizes sobre a gestão ambiental empresarial a fim de garantir a padronização de processos e a proteção ambiental. No Brasil, o órgão responsável pela normatização técnica é a ABNT NBR ISO 14000.

O intuito é fornecer assistência para as organizações na implantação ou no aprimoramento de um sistema de gestão ambiental, sendo delineada pela meta do desenvolvimento sustentável e compatível com diferentes estruturas sociais e organizacionais.

Para que a empresa obtenha o Certificado ISO 14000, ela deve se comprometer com a legislação ambiental de seu país. Este certificado demonstra que a empresa possui responsabilidade socioambiental.

O conjunto ISO 14000 pode ser dividido em dois segmentos, um direcionado à organização e outro para o processo. Sendo constituído pelas seguintes normas:

- ISO 14001 – trata do Sistema de Gestão Ambiental;
- ISO 14004 – trata do Sistema de Gestão Ambiental, no âmbito interno da empresa;
- ISO 14010 – trata das auditorias ambientais, que asseguram a credibilidade a todo o processo de certificação ambiental;
- ISO 14031 – trata do desempenho ambiental empresarial;
- ISO 14020 – trata sobre a rotulagem ambiental;
- ISO 14040 – trata da análise do ciclo de vida de produtos.

Para Kraemer (2007), a série se subdivide em dois padrões:

- a) Padrão de organização: onde podem ser usados para executar e avaliar o sistema de gestão ambiental dentro de uma organização, incluindo a ISO 1410 (auditoria ambiental) e ISO 1430 (avaliação de desempenho ambiental);
- b) Padrão de produto: usados para avaliar os impactos ambientais pelos produtos, fazendo parte desse grupo a ISO 1420 (rotulagem ambiental), ISO 1440 (ciclo de vida de produto) e a ISO 1460 (padrão de produto).

Neste trabalho, o que nos cabe tratar, ainda que em aspectos gerais, é a Norma ISO 14001, que tem sido o instrumento mais utilizado para desenvolver a gestão ambiental em empresas e organizações.

4.4. ISO 14001

A norma ISO 14001 prevê um modelo básico de implantação de um sistema de gestão ambiental, um conjunto de processos de gerenciamento que requer das empresas a identificação, mensuração e o controle dos seus impactos ambientais no meio ambiente em que operam, incluindo aspectos relacionados ao ar, água, solo, fauna, flora e seres humanos. (BANSAL; HUNTER, 2003).

Este instrumento verifica o sistema de gestão ambiental da empresa e é baseada no PCDA (Plan, Do, Check and Act). A associação do método PCDA à norma NBR ISO 14001, segundo Matthews (2003), se dá a partir dos seguintes processos:

- a) Planejar: definição da política ambiental, impactos ambientais e metas ambientais;
- b) Executar: implementação do sistema de gestão ambiental e documentação, treinamento;
- c) Verificar: auditorias ambientais e avaliação de desempenho ambiental;
- d) Agir: ações de melhoria contínua.

Em aspectos mais práticos, pode-se dizer que para a obtenção do certificado a empresa deve:

- 1º) Desenvolver uma política ambiental e assegurar seu comprometimento;
- 2º) Identificar as atividades, produtos e serviços que possuam interação com o meio ambiente;
- 3º) Identificar os requisitos legais e regulatórios;
- 4º) Identificar as prioridades da empresa e definir objetivos e metas de redução de impacto ambiental;
- 5º) Ajustar a estrutura organizacional da empresa para atingir esses objetivos, atribuindo responsabilidades, realizando treinamentos, comunicando e documentando;
- 6º) Checar e corrigir o sistema de gestão ambiental regularmente.

CONCLUSÃO

A responsabilidade de zelar pelo meio ambiente é tanto do Estado como de todos nós cidadãos, um bem comum que perpassa qualquer interesse maior.

A sociedade atual, caracterizada pela produção industrial e pelas transformações estruturais decorrentes dela, é desvinculada de seu meio natural. A intensidade e a complexidade dos impactos decorrentes da globalização, do crescimento econômico e da aglomeração urbana demandam ações muito mais específicas em relação à conservação ambiental.

As empresas são co-responsáveis na solução dessas questões e a incorporação da variável socioambiental como estratégia de negócios é algo necessário para garantir tanto a sobrevivência industrial num mercado competitivo, como o que se configura no momento, quanto no futuro das nossas gerações.

O pólo industrial detém uma grande responsabilidade em disseminar valores que resultem em mudanças sociais concretas, transmitindo através de suas atitudes a imagem da responsabilidade socioambiental.

O que se pretendeu aqui, foi suscitar reflexões sobre alguns aspectos importantes na questão ambiental empresarial, do cenário atual da sustentabilidade e o planejamento da gestão ambiental.

De todos os conceitos aqui desenvolvidos, fica a essência comum à eles: o desafio de lutarmos por um mundo melhor, em todos os sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BOECHAT, C. B. et al. **Vínculos de negócios sustentáveis no Brasil**. São Paulo: Instituto Ethos, 2005.

BRAGA, T. **Meio Ambiente e Grandes Empresas: otimismo do discurso, pessimismo e ação**. In: Seminário sobre economia mineira (7: 1995, Diamantina). Anais, v. 2. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1995.

BUSCH, S. E; RIBERIO, H. **Responsabilidade Socioambiental Empresarial: revisão da literatura sobre conceitos**. In: USP, InterfacEHS. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. V.4. n.2. 2009.

CAPRA, F. Introdução. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. 4. Ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2008.

CARROLL, A. B; BUCHHOLTZ, A. K. Corporate citizenship. In: **Business & Society. Ethics and Stakeholder Management**. 6ª ed. Ohio: Thomson South-Western, 2006.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Economia verde para o desenvolvimento sustentável**. Brasília – DF. 2013

COLTRO, A. **Ética e responsabilidade social corporativa: questões contemporâneas**. São Paulo: Conhecimento & Sabedoria, 2004.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na empresa**. 2ª Ed. São Paulo. Atlas, 1999.

ELY, A. **Economia do Meio Ambiente**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE. **Diretrizes para o relatório de responsabilidade**. Amsterdã, 2006. Disponível em:

www.globalreporting.org/NR/rdonlyres/812DB764-D217-4CE8-B4DE-15F790EE2BF3/0/G3_GuidelinesPTG.pdf Acesso em 16/8/2016

INSTITUTO ETHOS. **Meio Ambiente.** Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente-responsavel/meioambiente/> Acesso em: 23/07/2016

INSTITUTO ETHOS. SEBRAE. **Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas: passo a passo.** São Paulo, SP/Brasília, DF: Baleia Comunicação, 2003. Disponível em: http://www.uniethos.org.br/uniethos/documentos/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf Acesso em 12/08/2016

KINLAW, D. **Empresa Competitiva e Ecológica: desempenho sustentado na Era Ambiental.** São Paulo, Makron Books. 1997.

KRAEMER, M. E. P. **Gestão Ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável.** UOL, São Paulo, 2006. Disponível em: [HTTP://www.artigocientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1075](http://www.artigocientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1075) Acesso e: 11/08/2016

LOZANO, P.E.P.; OLIVEIRA,S. N. **A contabilidade como instrumento de auxílio à gestão ambiental nas organizações.** 2006. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UNISALESIANO, Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins.

MACHADO FILHO, C. P. **Responsabilidade social e governança: o debate das implicações.** São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2006.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente.** 8ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Florianópolis. Ed. UFSC,2001.

PROCÓPIO FILHO, A. **Ecoprotecionismo: comércio internacional, agricultura e meio ambiente.** In: IPEA, Estudos da Política Agrícola. Relatórios de Pesquisa, nº 17. Brasília: IPEA,1994. (p. 212)

REIS, M.J.L. **ISO 14000. O Gerenciamento Ambiental: um novo desafio para a competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark. 1996.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, Vértice. 1986.

SROUR, R. H. **Ética empresarial**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus,2000.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2005.

TACHIZAWA, T.;ANDRADE R.O.B. **Gestão Sociambiental – Estratégias da nova era de sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2008.

WEBER. P. S. **A Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo, 2004. Disponível em: [HTTP://www.ambientebrasil.com.br/08set.2004](http://www.ambientebrasil.com.br/08set.2004) Acesso em: 20/07/2016

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Nova York, Oxford University Press, 1987.